

ALAVANCA 40^h *NO MÁXIMO!*

Pelo Progresso com justiça social

Vamos fazer um grande 1º de Maio

Por melhores salários
Menos impostos
40 horas no máximo



EDITORIAL

Vamos continuar a lutar

O Governo e o patronato assumem hoje um grande confronto com os trabalhadores e os sindicatos.

Numa atitude prepotente e antidemocrática tentam fazer com que o «Acordo» que assinaram com a UGT como um autêntico «tecto salarial».

Reaparecem atitudes e comportamentos indesejados de vigiar os sindicatos através dos serviços de informação.

Pretendem alterar os dias dos feriados e, até, pôr em causa a lei da greve.

O Governo e o patronato, incapazes de assumir uma estratégia empresarial moderna, continuam a querer resolver os problemas da competitividade das empresas à custa duma matriz de baixos salários e da desregulação da legislação laboral.

Numa sociedade democrática tais desmandos e ambições têm que ser combatidos e alterados.

Portugal tem condições para que possamos viver melhor desde que o país seja bem governado, que o fluxo dos fundos estruturais comunitários sejam devidamente aproveitados, desde que se avance na necessária reestruturação do aparelho produtivo, na modernização da economia e no consequente aumento da qualidade de emprego.

É por isso correcto que os trabalhadores e os sindicatos ergam a sua voz, multipliquem a sua acção e aumentem o seu protesto contra as atitudes intransigentes, prepotentes e inaceitáveis do Governo e do patronato.

É por isso que, em Maio, com confiança vamos continuar a lutar.

Neste 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, vamos demonstrar, de forma clara, que a solidariedade não é uma palavra vã e que a unidade é um sentimento e um objectivo que nos é comum.

Manuel Lopes

CEE/SINDICATOS

1992 Ano Europeu para melhorar o ambiente de trabalho

1992: Ano Europeu para a segurança, a higiene e a saúde nos locais de trabalho. A 12 de Março, em Portugal, foi lançado o Ano Europeu, cujo principal objectivo é realçar e tornar conhecidas as medidas europeias e nacionais adoptadas para tornar menos perigoso e mais agradável o ambiente de trabalho.

Em cada ano, sublinha a Comissão, 10 milhões de trabalhadores na Comunidade são vítimas de doenças e de acidentes profissionais e acrescenta que «o número de acidentes mortais tem aumentado desde 1987».

As actividades previstas visam em particular quatro objectivos: ar puro, segurança, bem-estar e luta contra o ruído e as vibrações.

Especialmente visados pelo Ano europeu são os jovens em formação e os PME's, em particular nos sectores de alto risco como a construção, a pesca e a agricultura.

A medida das ambições da União Europeia

«O reforço da coesão económica e social, a criação de um ambiente favorável a uma maior competitividade, o desenvolvimento do papel da Comunidade na cena internacional.

Estes são os três objectivos prioritários da nova União que nasceu após a ratificação do Acordo de Maastricht no início de 1993.

Para a concretização do novo Tratado não bastam os compromissos políticos, são necessários meios económicos à medida das esperanças.

O futuro dos instrumentos financeiros está todavia ligado à reforma da política agrícola comum, que neste momento está a ser discutida em Conselho de Ministros. Esta reforma deverá ter em conta uma redução dos custos e será orientada no sentido de uma diversificação da produção valorizando melhor o ambiente.

Politicamente, a Comunidade reforçou o seu papel junto dos seus parceiros.

Economicamente, o período que vai de 1985 a 1990, registou o despertar do crescimento e dos investimentos assim como a criação de novos postos de trabalho.

No centro deste relaxamento — agora bloqueado devido à conjuntura internacional desfavorável — a realidade do mercado interno fará aumentar a competitividade da Comunidade. Apesar destas encorajadoras considerações, lê-se no documento, que alguns elementos decepcionantes são de assinalar, nomeadamente no respeitante à coordenação das políticas económicas e à dimensão social.

A este propósito, por exemplo, a Comissão lembra que, dois anos após a adopção da Carta, a maior parte das directivas propostas ainda estão em discussão no Conselho. Os únicos avanços positivos na matéria são constituídos pela adopção rápida das normas relativas à segurança no local de trabalho e ao relançar do diálogo social entre os parceiros sociais, que foi acompanhado pela adopção de oito parâmetros comuns.

Gracias ao Acto único muito foi feito, mas, muito mais resta por fazer.

Deste modo, a Comissão indica três prioridades para os próximos cinco anos: a política externa, a coesão económica e social, a competitividade.

Até ao fim de 1993, a Comissão terá que estabelecer um novo instrumento financeiro, a saber o «Fundo de coesão», que estará para os Estados-membros a que diz respeito, como as políticas estruturais-membro para as regiões. O objectivo deste Fundo é de contribuir para o desenvolvimento dos Estados-membros cujo nível de vida é menos elevado (Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha).

1992: ano charneira

Se a realização do mercado interno não parece pôr problemas de maior, o mesmo não se pode dizer da dimensão social que, segundo Jacques Delors, será uma das prioridades de 1992.

A Comissão, segundo Jacques Delors, «insistirá junto do Conselho a fim de adoptar a partir deste ano, as propostas que continuam sobre a mesa e que foram elaboradas no âmbito da carta social». Por sua vez a Comissão estabelecerá o processo jurídico que, a partir de 1 de Janeiro de 1993 lhe permitirá apresentar novas propostas na base do protocolo de Maastricht assinado por onze países.

Em seguida, a Comissão, afrontará temas particularmente sensíveis tais como o emprego e a integração dos trabalhadores migrantes e dos seus filhos, lançara as bases para uma nova organização do diálogo social a luz do acordo de Maastricht, reforçará as acções de formação profissional visando a compatibilização com as mudanças estruturais surgidas na indústria-comunidade.

«Ao mesmo tempo», a Comissão comprometer-se-á este ano a tornar mais eficazes os instrumentos de luta contra o desemprego e contra os fenómenos de exclusão».

Enfim, na perspectiva de uma maior mobilidade profissional dos trabalhadores dependentes num espaço sem fronteiras, será apresentado um inventário exacto das respectivas possibilidades de acção de transferência de competências, assim como de problemas específicos tais como o pagamento de pensões, o reconhecimento de diplomas e a correspondência das qualidades.

Por fim, lê-se no programa da Comissão que «a Comunidade de 1992 deve ser aberta, activa e corresponsavelmente financiada para ter um crescente papel internacional e deve esforçar-se por levar a bom termo uma tarefa maior incumbida em 1991, o Urquival Roundtable negociações económicas, desde que seja assegurado um equilíbrio equitativo».

(INFORPADI)

Conferência Nacional decorreu no Porto

Interjovem na hora da confirmação!

A I Conferência Nacional da Interjovem, que decorreu nos dias 28 e 29 de Março último, trouxe ao Porto mais de 300 delegados vindos de todo o país.

Sob o lema «Agir para Transformar» os jovens activistas da CGTP-IN elegeram o novo Conselho Nacional e definiram as linhas de orientação para os próximos três anos.

A nova direcção eleita é composta por 35 elementos (sendo 26 rapazes e 9 raparigas) com uma média de idades de 24 anos.

Um dos grandes objectivos que presidiram à realização desta iniciativa prendia-se com o reforço e a implantação da Interjovem no terreno e perante a própria CGTP.

O próximo triénio irá provar se este objectivo foi ou não cabalmente atingido.

Debate nas secções

O Debate dividiu-se em três secções visando, respectivamente, o Mercado de Trabalho; a Organização Sindical; o Ensino e Outros Problemas Sociais.

De todas as ideias surgidas fruto da discussão a mais realzada há algumas que interessa destacar.

Assim, face ao Mercado de Trabalho os jovens criticam, fundamentalmente, a precariedade que estão sujeitos e a ausência generalizada de condições de trabalho (ambiente, segurança, etc).

Ainda que o desemprego não constitua isocronia dominante (os jovens referem-se essencialmente à falta de qualidade do emprego disponível), ele foi apontado como causa directa do recrudescimento do racismo em alguns locais de trabalho.

Desde o Assédio Sexual, curiosamente denunciado por rapazes mas referindo-se às raparigas como potenciais vítimas, passando pelo aproveitamento que muitas empresas fazem dos jovens que cumprem estágios de pós- formação, muitas fo-



ram as preocupações manifestadas.

A mais repetida, foi no entanto, a de que existe um grande desconhecimento no seio da juventude trabalhadora relativamente aos direitos e deveres que lhe assistem nessa qualidade.

Por isso, uma das propostas que encontrou eco junto da nova direcção foi o lançamento de uma Campanha Nacional destinada a colmatar esta grave falta.

Final, a primeira condição para o exercício de um direito ou dever é o seu reconhecimento enquanto tal.

Também se ouviram muitas queixas pelos baixos salários auferidos pela generalidade dos jovens. A ausência ou a baixa qualidade profissional é a principal causa apontada para tal facto.

Por isso, durante o debate foram reafirmadas as reivindicações da Interjovem em matéria de Formação Profissional: que seja garantida a

todos os jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho, uma formação profissional não inferior a um ano, com direito a bolsa de formação e a criação de alternativas de formação profissional para jovens que não concluíram os noveanos de escolaridade.

Novidade é o lançamento do chamado Cartão Interjovem que visa possibilitar a jovens que não sendo trabalhadores (e não podendo por isso chegar à Interjovem via Sindicatos), casos dos jovens que frequentam Cursos de Formação Profissional ou os anos terminais da vida de ensino, e que a curto prazo irão ingressar na vida activa, possam participar na Interjovem como membros de pleno direito.

Ensino

No ensino a grande questão que se levantou foi o desajustamento da lei que consagra o estatuto do Trabalhador-Estudante face às

novas realidades.

Aí, entendeu-se que a Interjovem ao propor a revisão desta lei deverá ter em conta a integração de todas as situações não contempladas no Artigo 2º do presente estatuto, nomeadamente, os jovens envolvidos nos vários programas de formação como o IJOVIP, ou outros entretanto criados.

Esta discussão surgiu num quadro de denúncia perante as dificuldades em impor o cumprimento dos direitos dos trabalhadores-estudantes.

Carvalho da Silva: futuro é a Interjovem

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Intersindical Nacional, também não faltou a esta iniciativa.

Carvalho da Silva afirmou claramente que a CGTP assumiu um compromisso com o futuro e, segundo as suas palavras, o futuro é a Interjovem.

A juventude no distrito do Porto

Tendo em conta que o Porto foi o cenário escolhido para a realização da I Conferência da Interjovem, os dirigentes juvenis norteños acharam por bem mostrar como anda a juventude do distrito.

Os dados que a seguir divulgamos pertencem a um estudo assinado pelo Gabinete Técnico da União dos Sindicatos locais.

Assim, ficamos a saber que em 1989 cerca de 41% dos trabalhadores por conta de outrem (TPOC), registados nos quadros de pessoal do MESS (sem incluir a Administração Pública), eram jovens até aos 29 anos, ou seja, cerca de 184 mil jovens, dos quais 99.300 são rapazes e 84.400 raparigas. A maioria trabalha no sector secundário. Enquanto as raparigas predominam no

vestuário e atinge percentagens elevadas nos Têxteis e no Calçado, os rapazes estão sobretudo na Construção Civil, nas Indústrias Metalúrgicas, nas Madeiras e nos Têxteis.

O distrito do Porto de continente ao nível da frequência na educação pré-escolar. Em 1986/87 enquanto a média nacional atingia os 29%, o distrito não passava dos 13%.

As taxas do insucesso escolar no 1º ciclo do ensino básico são superiores à média nacional.

Também superior é a percentagem de jovens que abandonam o sistema educativo com apenas o ensino básico (primário+preparatório).

O abandono escolar precoce passa pelo baixo rendi-

mento das famílias, pela falta de estabelecimentos de ensino secundário em várias zonas do distrito (o que obriga a grandes deslocamentos e despesas nos transportes), à fraca motivação para o ensino em escolas superlotadas e a um certo aumento das ofertas de emprego em indústrias tradicionais (vestuário, calçado, etc.) que exigem pouca qualificação profissional.

Em contrapartida, a percentagem de jovens que no distrito sai do sistema de ensino com o curso geral ou complementar é muito baixa (57,3% em 1986/87) e bastante inferior à média nacional (66,3%).

Assim, a maioria dos jovens empregados (58%) tem baixos níveis de qualificação no emprego.

Em 1988 eram pratican-

tes ou aprendizes 30% dos jovens, 10,4% eram profissionais não qualificados, 17,3% eram profissionais semi-qualificados.

Tendo em conta os níveis de qualificação é fácil concluir que a maioria recebe salários muito baixos.

De acordo com as remunerações base constantes dos quadros de pessoal de 1989, 30% dos jovens recebem salários inferiores ao salário mínimo nacional; 27% têm salários base que pouco ultrapassam o salário mínimo nacional e apenas 3% recebem salários relativamente elevados (duas ou três vezes o salário mínimo nacional).

O estudo termina concluindo que a situação profissional e salarial dos jovens trabalhadores por conta de outrem é, em geral, muito injusta.

Carvalho da Silva na manifestação de 21 de Março:

«O País pode e deve ser melhor governado»

Os trabalhadores protestam, porque o País tem tido crescimento económico, tem aumentado a riqueza, mas os trabalhadores continuam a ser prejudicados na sua distribuição, acentuando-se a injustiça social.

Há condições para viver melhor.

O País pode e deve ser melhor governado.

O afluxo dos fundos estruturais comunitários não tem sido devidamente aproveitado para se avançar na necessária e urgente reestruturação do aparelho produtivo, na efectiva modernização da nossa economia.

Contudo, quando comparamos o valor do nosso salário mínimo com os restantes parceiros da comunidade, verificamos que continuamos na cauda da Europa.

O salário dum trabalhador português na indústria é pouco mais de metade do de um trabalhador grego nesse sector e cerca de 1/7 daquilo que ganha um trabalhador dinamarquês.

Quando comparamos o valor das pensões e prestações sociais e o nível da assistência social, verificamos que continuamos na cauda da Europa.

Quando comparamos o nível, extensão e a qualidade do ensino em Portugal, verificamos que continuamos na cauda da Europa.

Somos o País da CEE com mais elevado insucesso escolar, com o sistema de ensino mais selectivo. Temos, no nosso país, escolas do ensino básico que não funcionam por falta de pessoal e graves problemas de segurança em milhares de escolas secundárias.

Somos o País da CEE onde o Estado e o patronato menos fazem no campo da formação profissional e da segurança, higiene e saúde no local de trabalho.

Somos o País da CEE com os horários de trabalho mais elevados.

Trabalhamos em média 42 horas por semana, quando, por exemplo, os espanhóis já trabalham menos de 39 horas e os irlandeses 37 horas.

Somos o País da CEE onde continuam a existir salários em atraso e persiste a vergonhosa chaga do trabalho infantil.

Que modelo de desenvolvimento é aquele que o Primeiro-Ministro e os seus ministros propagandiam?

Que futuro podem esperar os trabalhadores e o País?



Privatizações

Um escândalo nacional

As intenções do Governo, constantes da proposta de Orçamento do Estado para 1992, representam uma aceleração brutal da ofensiva de liquidação do SEE. As receitas esperadas com as privatizações representam 350 milhões de contos, ou seja três vezes e meia as que são indicadas como realizadas em 1991.

A CGTP-IN efectuou uma acção de sensibilização no passado dia 9 de Abril.

A pontam-se 18 empresas a privatizar em 1992, metade das quais pertencem ao sector financeiro, 5 à indústria e 3 aos transportes.

Uma das razões apresentadas pelo Governo é a de que essas elevadas receitas poderão reduzir o défice orçamental. Esta argumentação é falaciosa.

Primeiro, porque tais receitas significam que o Estado deixa de ser proprietário das empresas, isto é, reduz o seu património. Se alguém vender a casa que possui realizará receitas — mas fica sem casa.

Segundo, porque as privatizações se fazem na medida em que as empresas dão lucros. O Estado deixa pois de receber elevadas receitas de empresas rentáveis — receitas que não são contabilizadas naquele cálculo. Em 1990, 26 empresas do SEE (sem a banca e seguros) totalizaram 56,5 milhões de contos (m.c.) de lucros, segundo dados oficiais. Os resultados brutos da banca (e nesta o sector público ainda é o mais importante) ascenderam a 462 milhões de contos em 1990 (Quadro 4 em anexo) igualmente conhecida a elevada rentabilidade do sector financeiro. Só o BESCI, cuja 2.ª fase da privatização foi recentemente realizada, teve em 1991 lucros de 15 m.c. e um «cash-flow» de 50 m.c. no ano passado. A Tabaqueira transfe-

riu, desde 1976, 503 milhões de contos para o Orçamento do Estado. E os exemplos poderiam multiplicar-se.

Capital estrangeiro

Referindo-se às privatizações, o Primeiro-Ministro declarou recentemente, em entrevista ao jornal francês «Le Monde», que a «tendência é para aumentar a participação do capital estrangeiro» (Público, 8.3.92).

Estão já constituídos, ou em processo de constituição, monopólios privados: o sector cervejeiro é controlado por um grupo estrangeiro; a produção de chapa de vidro está nas mãos de uma multinacional; a SCell aliada a capital estrangeiro poderá vir a controlar a produção de cimento, por via da aquisição de centros de exploração da Cimpopor, etc.

O SEE pode constituir um instrumento fundamental para a promoção de uma estratégia de desenvolvimento regional.

A actual lógica de rentabilização do sector público com vista à sua privatização levará ao abandono de produções e da prestação de serviços considerados economicamente menos rentáveis, ainda que tenham um valor social importantíssimo.

Este aspecto fundamental — a função social desenvolvida por empresas do sector público — tem sido sistematicamente negligenciado pelo Governo e pelos partidos e sectores que defendem as privatizações. Por isso, não são contabilizados os benefícios sociais assegurados por estas empresas. Refira-se, como situação porventura mais gritante, a prestação de serviços prestados, por razões sociais, a preços inferiores dos custos, como no sector de transportes. Refira-se também a criação do passe social. Refira-se ainda que com a criação da EDP a electrificação do País chegou a regiões, onde a mera aplicação da lógica de lucro a não a levaria — pelo menos, com preços uniformes em todo o País. E os exemplos poderiam repetir-se. Por exemplo, a quanto ascendeu, em todo o período desde a nacionalização da banca, o «custo social» por ela suportado?

Falsas razões

A principal razão que tem sido apresentada para defender as privatizações é o de que o Estado é necessariamente mau gestor. Desta má gestão resultam — defende-se — prejuízos elevados que sendo cobertos pelo Orçamento do Estado acabam por onerar,

através dos impostos, todos os cidadãos. Por outro lado, sendo as empresas privadas mais eficientes ganharão todo o País.

A realidade é bem diferente. A verdade é que estas empresas foram deliberadamente mal geridas com a intenção de criar condições favoráveis à privatização. Os sucessivos Governos nomearam gestores, que sendo gestores públicos, desde logo fizeram profissão de fé... nas empresas privadas. Nalgumas empresas privatizadas, os gestores são os mesmos. Com a alteração do regime jurídico passaram logo a ser eficientes?

A verdade é que as empresas do sector público foram utilizadas como instrumento de políticas conjunturalistas, que representaram encargos pesadíssimos para estas empresas e o País: política discrecionalista de preços, cobertura dos défices da produção de pagamentos, erros graves de investimentos, etc.

As verdadeiras razões são outras. Do que se trata é de constituir (ou de reconstituir) grupos económicos, que controlarão os sectores chave da economia portuguesa, o que conduzirá à subordinação do poder político ao económico.

Um SEE forte é um meio fundamental numa estratégia de desenvolvimento que corresponda aos interesses nacionalistas, desde que reestruturado, dinâmico e eficiente.



Eleições de Comissões de Trabalhadores

Analisando os resultados de 14 eleições para CT's realizadas no 1.º trimestre do ano, comparativamente com o ano transacto constata-se que as listas identificadas com a CGTP-IN tiveram um acréscimo de 5,6 por cento de votos.

As listas unitárias tiveram 107 mandatos (mais cinco do que nas eleições anteriores).

As listas próximas da UGT sofreram um decréscimo de 4027 votos o que corresponde a uma percentagem negativa de 39,2 por cento. Estas listas perderam 8 mandatos, tendo ficado com 21.

Ambiente e Desenvolvimento

É a dignidade que está em jogo

A CGTP-IN realizou um Seminário Nacional dedicado ao tema Ambiente e Desenvolvimento, com o apoio da DGX da Comissão Europeia. Organizado pelo Grupo Sindical do Ambiente, da CGTP-IN, o Seminário decorreu nos dias 26 e 27 de Março, no Forum Picoas, em Lisboa. O Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, proferiu a intervenção de encerramento do Seminário.

O Seminário contou com a participação de diversas entidades ligadas a organizações influentes em matéria de Ambiente. A Dra. Teresa Núnico participou no Seminário em representação do Ministro do Ambiente, em nome do qual leu uma mensagem.

A Comunidade Europeia esteve representada por Sílvia Calamandrei, do Comité Económico e Social.

O Seminário teve por objectivo analisar e debater

ligação dos aspectos socio-económicos e ecológicos.

Estes objectivos visam encorajar a participação do movimento sindical na prossecução de um desenvolvimento económico, social e político que corresponda às necessidades actuais sem comprometer as capacidades das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.

Propôs-se ainda ajudar os trabalhadores e suas organizações a desempenhar o seu papel na defesa do ambiente e contribuir para a preparação da Conferência Mundial das Nações Unidas ECO/92 Brasil.

Os trabalhos do Seminário foram subdivididos em quatro temas: Ambiente e Desenvolvimento, Ambiente e Trabalho, Energia e Desenvolvimento Sustentado e Políticas de Ambiente e Mercado Único.

Emídio Martins, da Comissão Executiva da CGTP-IN, é responsável

pelo Grupo Sindical do Ambiente, afirmou, quando proferia a intervenção de

abertura do Seminário, que «a participação sindical na defesa da qualidade do am-

ambiente é e deve ser cada vez mais uma componente prioritária: é a dignidade da

persona humana e os supostos da vida na terra que estão em jogo».



Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde

Que futuro?

A CGTP-IN considera oportuno que a Comunidade tenha decidido organizar, em 1992, um «Ano Europeu de Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho», a fim de alertar e sensibilizar a opinião pública, as instituições políticas e sociais para as condições de trabalho em que os trabalhadores laboram e para as consequências sociais, humanas e económicas da sinistralidade laboral.

A CGTP-IN considera que 1992 devia ser um marco importante, com o objectivo de reduzir o número de acidentes de trabalho e doenças profissionais, mas para isso é necessário que, por parte dos Estados membros, se adoptem medidas concretas.

Nos finais deste ano, entrarão em vigor um conjunto de directivas, no sentido de promover a melhoria das condições de trabalho e protecção da saúde dos trabalhadores, que são pressões mínimas. Assim como a adopção de outras matérias de higiene e segurança previstas na Carta Comunitária dos Direitos Sociais e Fundamentais dos Trabalhadores será também um passo importante no progresso social e nos direitos dos trabalhadores, neste domínio.

O fundamental é necessário que haja correspondência desta acção a nível de cada Estado, senão não se passará de o enunciar de intenções.

Contudo, não podemos deixar de manifestar uma grande esperança e perplexidade pelo facto da Comunidade Europeia ter disponibilizado para Portugal,

para o «Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho», a verba irrisória de 60 milhões de contos, que para pouco mais dará do que para pagar o ordenado de um funcionário europeu.

E que, na sequência de acidentes de trabalho e doenças profissionais, morrem todos os anos, na Comunidade Europeia, cerca de 8 mil trabalhadores, e calcula-se em 10 milhões os que têm acidentes e adquirem doenças profissionais no local de trabalho.

Portugal é um dos países da Comunidade onde a sinistralidade laboral é das maiores, morrendo, em média, mais de 2 trabalhadores por dia.

Esta situação deve-se ao facto de nunca ter havido uma política e um plano nacional ou sequer sectorial de prevenção de riscos profissionais.

Com efeito, há sectores de actividade onde não existe qualquer regulamentação, como seja, a agricultura e as pescas.

Mas as leis existentes não são aplicadas e, muitas delas porque têm mais de 30 anos, estão desadequadas. Mesmo as mais recentes — Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos

estabelecimentos comerciais e serviços, e o das Minas — encontram muitas dificuldades na sua aplicação.

A fiscalização tem sido quase inexistente. A Inspeção Geral do Trabalho só muito recentemente tem 3 médicos e 2 engenheiros para todo o País, e a nível das ARS não é notada a sua intervenção.

Os serviços de prevenção e medicina do trabalho, na esmagadora maioria das empresas, são quase inexistentes, assim como não têm sido avaliados os riscos profissionais existentes.

A constatação geral é a da ausência de qualquer noção de segurança e dos riscos por parte dos empregadores e trabalhadores, devido à falta de informação e de formação.

Embora nalgumas grandes empresas tivesse havido significativos avanços, o panorama é desolador quanto aos investimentos que as empresas fazem no âmbito da higiene e segurança. Os balanços sociais são elucidativos (esão empresas com mais de 100 trabalhadores): 86% das empresas investiram valores irrisórios em relação à massa salarial (0,01%).

Grandes prejuízos

Num trabalho realizado pela CGTP-IN, no âmbito dum Programa do PEDIP, constata-se que, social e economicamente, os prejuízos são profundos, por não haver investimentos; perdem-se por ano, no nosso país, mais de 1 milhão de dias de trabalho e, em cerca de 10% dos acidentes de trabalho, a incapacidade temporária dos trabalhadores ultrapassa mais de 3 meses de paralisações.

Por outro lado, as pensões pagas às vítimas dos acidentes de trabalho e doenças profissionais são miseráveis; basta ter-se em conta que a legislação da reparação vigora há 30 anos.

A CGTP-IN considera que a melhor forma de Portugal assinalar o Ano Europeu é o Governo levar por diante os compromissos assumidos com os parceiros sociais, com a assinatura do Acordo de Segurança, Higiene e Saúde, no dia 30/7/91, no qual se incluiu a Lei Quadro, que entra em vigor no dia 1 de Julho de 1992.

Este Acordo e a Lei Quadro são os pilares fundamentais para a política e um Plano Nacional de Prevenção que tem sido inexistente.

Para isso, é necessário dar corpo à regulamentação da Lei Quadro, que vai legislar, pela primeira vez, os sectores da agricultura e das pescas, assim como vai instituir a regulamentação dos trabalhadores para esta área e tornar obri-

gatória a existência dos serviços de Segurança, Higiene e Saúde nas empresas.

Governo presta mau serviço

A CGTP-IN considera que o Governo português, aquém cabe definir a política, está a prestar um mau serviço aos objectivos do Ano Europeu, com a agravante de assumir a Presidência da Comunidade, quando até agora não cumpriu o que está estabelecido no Acordo.

O Governo não cumpriu ainda, em matéria de Prevenção, nenhum ponto do que está estabelecido:

— Deveria ter sido criado, logo após a assinatura do Acordo, uma Comissão de Acompanhamento, o que não foi feito;

— Os Relatórios trimestrais sobre actividade inspectiva nos domínios da Segurança, Higiene e Saúde, não existem.

— Até 31 de Dezembro, deveria ter sido constituído Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, com a participação dos parceiros sociais, mas ainda nada foi posto à discussão dos signatários.

Quanto à regulamentação da Lei Quadro, que tem de ser publicada até 30 de Abril (faixa 1 mês e meio), e que implica um certo tempo de discussão, até agora nada foi apresentado.

Por outro lado, consideramos que é fundamental

que o Governo tome medidas estruturais para aplicação do Acordo, como sejam:

• Desenvolvimento da Lei de Bases de Saúde, de forma a garantir a prestação de trabalho em condições de higiene, segurança e de protecção na saúde. Para isso, é necessário dar dinamismo, de forma a ser interventiva a valência de Saúde Ocupacional existente nos Centros de Saúde e nas ARS, articulada com os serviços de segurança e saúde das empresas.

• Institucionalizar uma rede de prevenção dos riscos profissionais. Criação de Laboratórios de Avaliação de Riscos, a nível regional.

• Aproximar a Inspeção do Trabalho com mestres técnicos e humanos, para intervir eficazmente.

A CGTP-IN tem como objectivo fundamental da sua acção, este ano, a aplicação e concretização deste Acordo, de forma a conseguir a indispensável viragem nas condições de trabalho em Portugal.

Para isso, no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social, a CGTP-IN vai propor uma reunião da Secção Especializada de Trabalho Emprego e Assuntos Sociais, para apreciar e dar cumprimento ao compromisso sobre Segurança, Higiene e Saúde La-boral.

A CGTP-IN vai promover, no dia 6 de Junho, um importante Seminário, onde se vai abordar o tema «Avaliação do exercício da Saúde Ocupacional.»

Função Pública

O suporte da mentira

Os números são-nos servidos e valem coisa nenhuma. Eles são meticulosamente cozinhados. O discurso determina o número que decora e o fundamento é a mentira. Ela é o suporte de tudo.

Os objectivos residem no propósito de manter aparente esta distância entre o discurso e a realidade.

Vítimas, somos todos nós, vivendo entre duas realidades: uma, enche-nos os olhos, outra, esvazia-nos os bolsos; cria-nos a expectativa e arranca-nos a dignidade.

A coerência dos números perde-se. A inflação anunciada é desmentida já nos três primeiros meses, transformados estes em arauto de um ano difícil.



Zero por cento, é quanto vale a proposta do Governo de aumentos salariais para a Função Pública. Exactamente a mesma que o programa do Executivo e do partido que o suporta, jurou à boca das urnas ir modernizar, revigorizar, dignificar, etc., etc. Esta foi a mentira que suportou este Governo, mas o que suporta esta mentira?

O que está para além do discurso, da promessa não cumprida?

É importante conhecer os pormenores da história de uma negociação interrompida, que foi dos 0% aos 8%, saber o que é feito dos 10% prometidos, do acordo cozinhado e em que o nosso salário serviu de moeda de troca sabe-se lá do que... Mas, para sabermos o que nos espera, o que nos reserva este Governo, é crucial conhecer a lógica da sua atitude para com a Administração Pública, é conhecer, o suporte da mentira.

Propomos-nos, neste e nos próximos números, desmontar a mentira, letra por letra, e contribuir, desta forma, para que todos os trabalhadores possam perceber o raciocínio de um Governo emburalhado num dis-

curso de promessas, mas empenhado nos abandonos e destruição de uma Administração Pública transparente, apostado em transformar cada funcionário num fiel servidor do poder, a qualquer preço.

Redução do défice orçamental. Era esta a palavra de ordem do Governo. Orçamento fora salários nada!

Aonde vale poupar? Os salários dos trabalhadores são, para o Executivo, a fatia mais saborosa de um bolo mal distribuído.

Poupar é uma questão de fundo ou antes uma manobra dilatória? Até agora sabemos que o Governo quer poupar e que o que faz reduzindo na verba destinada aos trabalhadores, os salários.

Sabemos ainda que a vontade expressa no Programa do Governo, no que diz respeito aos Recursos Humanos, é formar, dignificar, valorizar carreiras, modernizar a Administração Pública.

Também não mentimos se dissermos que, referindo um recente estudo publica-

do nos jornais, os funcionários públicos portugueses estão na cauda da Europa no que respecta a salários e a situação também não lhes é vantajosa no que con-

cerne ao número de funcionários relativamente à população activa.

Então, como pode o Governo conciliar esta política de poupança, tendo em conta a opção feita, e o Programa que se propôs executar? Que resposta esperam no mercado de trabalho que lhes é tão adverso?

A lógica não pertence a esta história. Como se diz, há aqui uma história mal contada.

Façamos, agora, uma leitura pelas consequências e juntemos-lhe mais alguns factos.

Vejamos: Não precisaremos, com certeza, de recordar as obras, leis e estradas, construídas à pressa cujo kilometro nos custou a todos os olhos da cara.

Qual é o Governo que se propõe poupar e, contudo não faz questão de que esta máxima se aplique quando se trata das suas próprias despesas (ver artigos recentemente publicados em semanários sobre vencimentos nos gabinetes dos ministros).

Paradoxalmente, a uma política de poupança o Executivo cria entraves a um órgão autónomo, Tribunal de Contas, cujo objectivo é o de controlar financeiramente as despesas do Estado, tarefa da máxima im-

portância para a verificação dos gastos públicos.

Entretanto, a Sr. Secretária de Estado do Orçamento, Manuela Leite, vem à Assembleia da República defender que para uma maior mobilidade de verbas entre Ministérios, a especificação das despesas do Estado, não terá uma descrição tão pormenorizada no Orçamento do Estado.

Todos nós conhecemos como se alimentam os sacos azuis.

Também é do conhecimento de todos a extinção de alguns serviços e o envio para o Quadro de Excedentes Interdepartamentais de muitos trabalhadores.

Dar lógica a tudo quer perceber o que há em comum em todas as medidas. Não foi difícil perceber que a pressa das obras era resultante da urgência nas inaugurações; a um tribunal de contas incómodo sucedem os sacos azuis, pouco transparentes, de onde saem, geralmente, os prémios, privilégios de uns quantos fiéis, doces servidores.

Somos muitos que nos queixamos do mesmo; Provedor de Justiça; Ministério Público; Tribunal de Contas. Quem mais sobreviverá?

Humberto Costa

Trabalhadores ocupam Banco

Os trabalhadores têxteis da fábrica Ideal de Coimbra ocuparam, no final de Março, uma agência do Banco Português do Atlântico naquela cidade.

A ocupação, pacífica, ocorreu num forte clima emocional, com muitos trabalhadores de lágrimas nos olhos. O BPA é o principal credor da empresa, cujo futuro é incerto.

Mineiros de Jales em greve

Os mineiros de Jales (Vila Pouca de Aguiar) encontram-se num longo processo de luta, tendo completado até ao fecho desta edição, 20 dias de greve.

Os mineiros lutam contra condições de trabalho degradantes, tendo-se deslocado a Vila Real para entregarem ao governador civil um memorando sobre a sua situação. Os salários médios nas minas rondam os 45 contos.

Hotelaria em luta

Os trabalhadores da SAAL poderão agudizar a sua luta, na sequência da rescisão de um contrato de fornecimento à TAP. Esta rescisão antecipada pode levar a um grande número de despedimentos.

Entretanto, no mesmo sector, mas no Hotel Sheraton, os trabalhadores poderão ter de recorrer a formas de luta, uma das quais poderá ser a greve, se continuarem as infracções escandalosas do CCT.

Mabor quer aumentos de 13%

Os trabalhadores da Continental/Mabor estiveram em luta e realizaram greves (98 por cento de adesão), por aumentos de 13 por cento nos salários.

O Sindicato das Indústrias Químicas do Norte afirma que a administração é responsável pelos prejuízos da greve, que no passado dia 30, já somava um total de 42 horas.

Enfermeiros descontentes

Os enfermeiros não desistem e continuam a lutar, como se pôde verificar no passado dia 27 de Março a nível nacional e nas greves específicas de locais de trabalho.

Os trabalhadores querem a contagem de todo o tempo de carreira para feitos de descongelamento, posicionamentos correctos de três em três anos, aumentos justos e não a mentira dos dez por cento, e negociações sérias.

Metalurgia reivindica melhores salários

Nas reuniões de 26 e 27 de março para a revisão do CCTV da Metalurgia, o patronato formalizou em acta aumentos salariais de 13 por cento para Tabela I, 11 por cento para a Tabela II e 3005\$00 para o Subsídio de Alojamento.

Estes valores foram já considerados insuficientes pela Comissão Negociadora Sindical que informa que as negociações prosseguem sem que o patronato tenha ainda abandonado os seus objectivos de meter o Pacote Laboral no Contrato Colectivo.

Recorde-se que os trabalhadores desenvolveram já várias acções de luta em defesa das suas reivindicações.

A média de aumentos salariais em 120 empresas do sector no período que vai de 1 de Setembro a 15 de Março é de cerca de 12 por cento. Se considerarmos apenas 35 empresas com aumentos superiores a 12 por cento a média é de 15 por cento.

Greve na RTP

Os trabalhadores da RTP, de vários sectores, realizaram uma greve ao tempo suplementar, que inclui as horas extraordinárias, que obteve a maior adesão, não só em termos numéricos (próximo dos 100 por cento) como em termos de abrangência.

A greve iniciou-se a 24 de Março, tendo sido suspensa, durante 10 dias, a 9 de Abril. SIT, Sind. Jornalistas, SATV, Sind. Quadros Técnicos de Desenho e Sind. Eng. Técnicos do Norte foram as organizações sindicais que apresentaram o pré-aviso.

A suspensão da greve teve a ver com o recuo da empresa em algumas áreas fundamentais e a sua aceitação em sentar-se à mesa das negociações. Resta agora saber até que ponto vai a disponibilização da empresa.

Os trabalhadores consideram como ponto fundamental que a empresa negocie o classulado geral. Por outro lado, não é aceitável a revisão salarial de 15,84 por cento, assim como se exige que a RTP cumpra a lei, nomeadamente as que dizem respeito ao trabalho suplementar e descanso compensatório.

Os trabalhadores exigem ainda a uniformização dos horários nas 36 horas, o que só acontece com os jornalistas e pessoal de escritório.

Entusiástica adesão dos trabalhadores originou uma forte machadada no SMATV (UGT), com trabalhadores a passarem para o SIT e a demissão do Secretário-Geral.

Em cada ano, o 1º de Maio é a tradução da força e determinação dos trabalhadores na luta continuada pela promoção dos seus interesses e pela afirmação das suas aspirações e anseios sociais.

Este ano, vamos encher as ruas das cidades, vilas e aldeias do País com o vigor do nosso protesto, o calor da nossa solidariedade, e a firme vontade de contribuir para a construção de um Portugal mais justo, solidário e desenvolvido.

Reivindicações

A CGTP-IN reafirma a sua determinação de lutar pela satisfação das reivindicações gerais dos trabalhadores portugueses:

— pelo crescimento real dos salários e pela sua aproximação à média comunitária, tendo em conta o custo de vida e o aumento da produtividade;

— pela redução da duração dos horários de trabalho;

— pelo desagravamento discal e contra a subida dos preços dos bens essenciais;

— pelo aumento das pensões e das prestações sociais;

— pela fixação do salário mínimo em 50.000,00;

— pela aplicação da lei quadro e sua regulamentação tendo em vista a diminuição da sinistralidade e a justa reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;

— pela melhoria dos serviços de saúde e contra a aplicação das taxas moderadoras;

— pela reestruturação e desenvolvimento do aparelho produtivo, contra o encerramento de empresas e serviços e contra a destruição do SEE;

— pela aplicação da Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos trabalhadores Europeus;

— pela democratização da sociedade, no pleno respeito pelo exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Carvalho da Silva:

Vamos lutar com determinação pela satisfação das nossas reivindicações gerais.

Pelo crescimento real dos salários, tendo em conta o custo de vida, o aumento da produtividade e a sua aproximação à média comunitária e tendo como referência o facto do Governo prever uma inflação de 9,5% e um crescimento dos salários de 4,5 pontos percentuais acima da inflação. No horizonte próximo

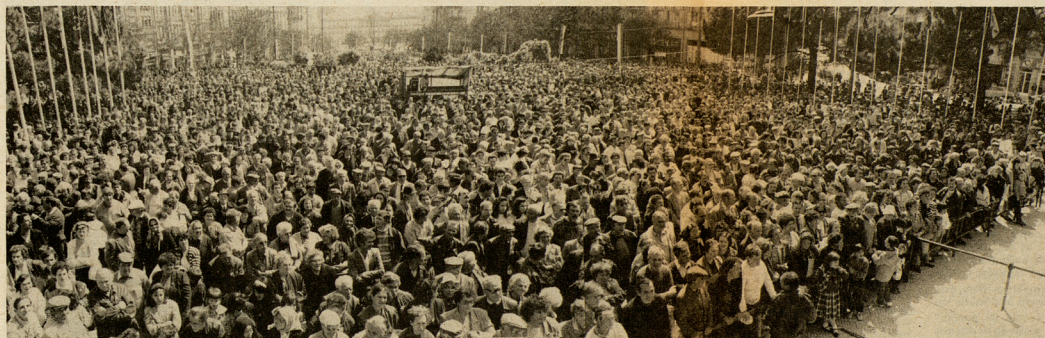
perspectiva-se já a realização do 1º de Maio.

Para nós, trabalhadores, esta é a data mais significativa em termos sindicais pela carga do seu património histórico de lutas pela construção e consolidação dos nossos direitos.

Em cada ano, o nosso 1º de Maio é a tradução da força e determinação dos trabalhadores na luta continuada pela promoção dos seus interesses e pela afirmação das suas aspirações e anseios sociais.

Vamos estar unidos e solidários

Para um grande 1.º de Maio



MANIFESTO

1º de MAIO

MELHORES SALÁRIOS — MENOS IMPOSTOS 40 HORAS NO MÁXIMO

Hoje, com há 106 anos, o 1º de Maio é um dia de luta para todos aqueles que entendem que os caminhos do futuro, do progresso económico, social, cultural e do desenvolvimento se abrem através de uma acção esclarecida, combativa e persistente por melhores condições de vida e de trabalho, por uma distribuição mais justa da riqueza criada, por uma solidariedade social mais forte e pela defesa e alargamento dos direitos de quem trabalha.

Nos tempos que vivemos, em que o desenvolvimento das forças produtivas e a inovação tecnológica deviam permitir a satisfação das necessidades essenciais de toda a humanidade, subsistem as injustiças, a exploração e o sofrimento, agravam-se as desigualdades.

Estar com a CGTP-IN, com os trabalhadores, em Maio, é ser-se solidário.

É não abdicar das grandes ideais e objectivos que levaram e levam os trabalhadores, em todos os países, a lutarem por um mundo melhor, mais justo e mais fraterno.

Maio, simboliza um imenso património histórico de lutas pela construção e consolidação dos nossos direitos.

Este ano vamos comemorar o 1º de Maio com a convicção de que há condições para viver melhor, de que o país pode e deve ser bem governado e de que o aluxo dos fundos estruturais comunitários não tem

sido devidamente aproveitado para se avançar na necessária e urgente reestruturação do aparelho produtivo, na efectiva modernização da nossa economia e do consequente aumento da qualidade de emprego.

Protestamos porque o país tem tido crescimento económico, tem aumentado a riqueza, mas os trabalhadores continuam a ser prejudicados na sua distribuição, acentuando-se a injustiça social.

Em Maio vale a pena continuar a lutar. Vale a pena continuar a lutar pelo crescimento real dos salários e pela sua aproximação à média comunitária, tendo em conta o custo de vida, e o aumento da produtividade.

Vale a pena continuar a lutar pela redução da duração semanal do tempo de trabalho.

Vale a pena continuar a lutar pelo desagravamento fiscal e contra a subida dos preços.

Vale a pena continuar a lutar contra a sinistralidade laboral e por uma justa reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Em Maio, é justo continuar a lutar pelo aumento das pensões e das prestações sociais.

Em Maio, é justo continuar a lutar pela melhoria dos serviços de saúde e contra a aplicação das taxas moderadoras.

Em Maio, vamos continuar a demonstrar que estamos contra o encerramento de serviços e empre-

sas e contra a destruição de sectores de actividade, e que lutamos pela reestruturação e desenvolvimento do aparelho produtivo.

Em Maio, é justo continuar a lutar pela aplicação da Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores Europeus, por forma a que a Europa seja a Europa dos trabalhadores e não a Europa dos negócios.

Em Maio, é justo continuar a lutar pela democratização da sociedade, no pleno respeito pelo exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, de modo a torná-la mais justa, fraterna e solidária.

1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é festa, é luta, é unidade, é a demonstração clara de que a solidariedade não é palavra vã e a unidade é um sentimento e um objectivo que nos é comum.

Há razões para ter confiança no futuro. Vamos todos participar.

1º de Maio
LUTA, UNIDADE, FESTA.
Pelo Progresso com Justiça Social
MELHORES SALÁRIOS, MENOS IMPOSTOS, 40 HORAS NO MÁXIMO.

O Conselho Nacional da CGTP-IN

ários

grande Maio



NOS IMPOSTOS XIMO

as e contra a destruição de sectores de actividade, e que lutamos pela reestruturação e desenvolvimento do aparelho produtivo.

Em Maio, é justo continuar a lutar pela aplicação da Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores Europeus, por forma a que a Europa seja a Europa dos trabalhadores e não a Europa dos negócios.

Em Maio, é justo continuar a lutar pela democratização da sociedade, no pleno respeito pelo exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, de modo a torná-la mais justa, fraterna e solidária.

1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é festa, é luta, é unidade, é a demonstração clara de que a solidariedade não é palavra vã e a unidade é um sentimento e um objectivo que nos é comum.

Há razões para ter confiança no futuro.

Vamos todos participar.

1º de Maio

LUTA, UNIDADE, FESTA.

Pelo Progresso com Justiça Social

MELHORES SALÁRIOS, MENOS IMPOSTOS, 40 HORAS NO MÁXIMO.

O Conselho Nacional
da CGTP-IN

MAIO

MELHORES SALÁRIOS!

MENOS IMPOSTOS!

40 HORAS NO MÁXIMO!

1º MAIO 1992 - UNIDADE E LUTA

Razões para uma luta

A política socio-económica do Governo e o comportamento do patronato nas empresas têm vindo a suscitar justamente a firme oposição dos trabalhadores.

A presente conflitualidade laboral, que está a provocar grandes prejuízos aos trabalhadores e sacrifícios à população, é o resultado da política de afrontamento e de intransigência do governo e do patronato.

O Governo prometeu «uma aproximação aos níveis de vida da Comunidade Europeia, assegurando taxas de crescimento económico que propiciem a melhoria da qualidade de vida dos portugueses».

Entretanto, o «Acordo de Rendimentos para 92», subscrito pelo Governo, patronato e UGT está a ser usado na prática, como tecto salarial e instrumento de limitação do livre exercício de negociação colectiva; os trabalhadores da Administração Pública são escan-

dalosamente discriminados em termos salariais; agrava-se a carga fiscal e os impostos sobre os rendimentos do trabalho; não se cumpre a promessa da redução do horário de trabalho; agravam-se as desigualdades sociais, penalizando os reformados e idosos e trabalhadores com baixos salários, através do aumento miserabilista do salário mínimo nacional.

O Governo prometeu e o patronato várias vezes se comprometeu com o «fomento da negociação colectiva» e a «intensificação do diálogo social».

Contudo, o que se verifica é a tentativa de imposição das propostas governamentais e patronais, sem qualquer negociação como é o caso da Carris, do Metro, da Administração Pública dos Fabricantes do Material Eléctrico e Electrónico, Indústria Alimentar, Vestuário e Construção Civil (...).

É nessa falta de disponibilidade objectiva para o diálogo e a nego-

ciação que constitui a razão da presente conflitualidade laboral.

O descontentamento social cresce e abrange operários, empregados e quadros, tanto do sector público como do privado e camadas sociais diversas (agricultores, estudantes, etc.).

Patronato e Governo enchem a boca com promessas de mais democracia e mais diálogo.

Contudo, os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores são mais frequentemente violados, aumentam as limitações ao exercício da actividade sindical, a proibição de reuniões no local de trabalho, o impedimento do acesso de dirigentes sindicais às instalações da empresa.

Os projectos legislativos sobre o *lay-off* e a contratação colectiva visam restringir, ainda mais, os direitos dos trabalhadores, designadamente o direito à livre negociação colectiva.

Preende agora também o Governo alterar o

sistema dos feriados obrigatórios, invocando o prejuízo económico das «pontes». O Governo ao pretender alterar datas de grande significado histórico, como são o 1º de Maio e o 25 de Abril, está a fazer uma clara afronta aos sentimentos democráticos não só dos trabalhadores, mas de todos os portugueses.

E, também, preocupante o facto do Governo não ter vindo publicamente desmentir a notícia de que o serviço de informações de segurança tem estado a proceder a operações de vigilância sobre os sindicatos. A confirmar-se tal notícia, estar-se-ia perante um grave e inadmissível atentado aos direitos constitucionais.

Os trabalhadores lutam pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida porque sabem que existem disponibilidades reais para satisfazer as suas legítimas reivindicações e aspirações e porque a defesa dos seus direitos é também a defesa da democracia.

SOS Racismo

Tendo em conta o ascenso das actividades racistas, o desenvolvimento de organizações que preconizam a violência e o ódio racial por esta Europa fora, da existência de muitos indícios preocupantes em Portugal, apesar de ainda não atingir o desenvolvimento de uma Alemanha, França e outros, o SOS Racismo organizou e vai lançar um GUIA ANTI-RACISTA.

Prete-se que esta publicação possa servir de suporte a um debate e discussão na sociedade portuguesa, sobre o tema, sobretudo nas empresas e escolas.

«Sim» na África do Sul

Em telegrama enviado à sua congénere sul-africana — COSATU —, a CGTP-IN manifestou o seu regozijo pelos resultados eleitorais do referendo que teve lugar naquele país.

«A CGTP-IN consciente da importância de que tal acto se revestia para a prossecução do processo de desmantelamento do *apartheid* e da democratização da África do Sul, manifestou à COSATU e aos trabalhadores sul-africanos a sua satisfação pela esmagadora vitória do «SIM».

Certos de que o mesmo constitui um passo importante com vista à institucionalização de uma África do Sul multirracial, baseada no sistema «um homem, um voto», a CGTP-IN reitera a sua total solidariedade aos trabalhadores e ao Povo sul-africano na acção que desenvolvem em prol da Liberdade, da Democracia, da Justiça e do Progresso Social».

CGTP-IN no congresso da CFDT

De 7 a 10 de Abril realizou-se em Paris o 42º Congresso da CFDT — Confederação Francesa Democrática do Trabalho — a 2ª maior Central Sindical daquele país filiada na CISL — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres e na CES — Confederação Europeia dos Sindicatos.

Para este Congresso foram convidadas 67 organizações sindicais provenientes de 52 países.

Aduaneiros Respostas e soluções são urgentes

Há muito tempo que o Governo sabia, toda a gente sabia, dos problemas que estavam colocados aos trabalhadores aduaneiros com a aproximação do Mercado Interno. O sindicato do sector há muito que vem alertando as autoridades para a situação dos 8500 efectivos existentes em Portugal.

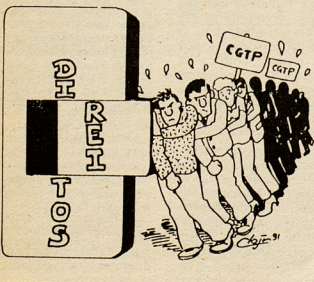
Por insólito que pareça, o Governo tem-se mantido silencioso e escandalosamente indiferente ao grave problema social que poderá emergir.

As greves e as lutas (e têm

sido muitas) multiplicaram-se, com graves consequências para a economia. Fronteiras e alfândegas estiveram o mês passado num reboliço.

Como o problema não diz respeito só a Portugal, (são 85 mil os efectivos na Comunidade) algumas parcelas têm sido efectuadas em conjunto com os trabalhadores do sector em países dos 12.

O sindicato tem propostas, já consideradas como sérias pelo ministro. O que falta é tomar medidas e encontrar soluções. O tempo urge.



Unões de Lisboa e Setúbal

Secretariado Sindical Regional

A reconsideração dos âmbitos e competências das Unões, na perspectiva da clarificação e desenvolvimento do seu papel e evolução para responder à intervenção junto dos órgãos das futuras regiões administrativas e áreas metropolitanas, e participação nas instituições regionais e a elaboração de posições e propostas do movimento sindical sobre as políticas regionais» são medidas previstas nas teses aprovadas na Conferência Sindical Nacional da CGTP-IN, realizada em Dez./91.

Nesse sentido, os órgãos de direcção das Unões dos Sindicatos de Lisboa e de

Setúbal, estruturas regionais da CGTP-IN, têm analisado a questão e desenvolvido contactos preparatórios para a coordenação e organização da sua intervenção regional, nomeadamente quanto à questão mais imediata do acompanhamento e participação no processo de constituição e funcionamento da Área Metropolitana de Lisboa.

Assim, pelas duas Unões, conjuntamente, foram já solicitadas reuniões aos partidos políticos, Autarquias do âmbito da AML e Presidente da CCRLVT, na qualidade de Presidente da Comissão Instaladora da AML, a fim de apresenta-

rem as suas pretensões de participação efectiva e regular nos órgãos de AML, nomeadamente, através da representação no Conselho Metropolitano.

As Unões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal, saudando a instituição das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, através da Lei 44/91, de 2 de Agosto, como um passo que pode ser positivo, no sentido da desconcentração administrativa, não podem deixar de criticar, por um lado, a grande dependência do Governo quanto as competências dos órgãos das Áreas Metropolitanas e, por outro lado, a quase exclusão da representação

dos interesses sociais, com a fórmula de débil participação prevista na Lei.

As Unões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, reivindicam a criação das Regiões Administrativas com órgãos eleitos que, como imperativo Constitucional, serão a única forma verdadeira de descentralização Administrativa.

Reunidos em 6-3-92, em Setúbal, os Secretários executivos das duas organizações sindicais discutiram medidas de organização e intervenção sindical conjunta, e decidiram constituir um Secretariado Sindical Regional de 6 membros que integre os Coordenadores de cada União.

Estabelecimentos Fabris das FA's

Negado direito de participação

O Sindicato dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas entregou na Assembleia da república uma petição, com cerca de 4000 assinaturas, onde pedem àquele órgão de soberania que se pronuncie no sentido da defesa e dinamização dos estabelecimentos fabris das FA's, da garantia dos postos de trabalho e direitos dos trabalhadores e suas organiza-

ções, num verdadeiro processo de reestruturação.

Segundo o Sindicato, o Governo não tem apoiado os investimentos necessários para o sector e conhecem-se intenções de encerramentos (alguns já concretizados). Assim, fica a questão de se saber se o processo desencadeado pelo Governo conduz não à desejada reestruturação, mas a um desmantelamento inaceitável e a privatiza-

ções, em prejuízo das funções logisticas actuais e dos direitos dos trabalhadores.

Por outro, os trabalhadores e as suas organizações não estão representados nas Comissões criadas pelo Governo, nem este promove uma consulta ou outra forma de participação, violando os direitos de participação dos trabalhadores, consignadas na Constituição e na Lei.

Professores

Novo ministro lutas antigas

A luta dos professores atingiu um ponto alto no dia 27 de Março, quando a greve marcada para esse dia contou com elevada adesão de professores, ultrapassando os 70%.

O grande empenhamento dos professores nessa greve demonstrou o profundo descontentamento que grassa na classe docente e evidencia que a simples mudança de ministro não é suficiente para criar esperança ou novas expectativas. Os professores, cansados de demagogia e de falsas promessas, só atenuarão a sua luta quando o Governo e o Ministério da Educação tomem medidas concretas que mudaram o rumo da política educativa.

Para os professores, essa mudança passa por uma negociação efectiva do vasto conjunto de reivindicações que a FENPROF entregou ao Ministro Couto dos Santos.

Os professores exigem

medidas que garantam a segurança de emprego, respeitem o tempo de serviço prestado pelos professores e removam obstáculos artificiais, do ponto de vista da especificidade da carreira docente, à chegada ao topo com a candidatura, ponham em prática medidas que permitam a progressão nos escalões, suspendam a experimentação do modelo e gestão por inadequado, melhorem as condições de trabalho nas escolas e incrementem a formação contínua dos professores.

No dia 26 de Março a FENPROF reuniu com o Ministro da Educação e com os secretários de Estado nos Ensinos Básico e Secundário e dos Recursos Educativos. A FENPROF apresentou ao Ministro um dossier já

antes também entregue ao Ministério de Diamantino Durão, do então ministro, um conjunto de questões lesivas dos direitos e interesses dos professores que carecem de resolução urgente e para os quais não se obteve resposta. A FENPROF transmitiu também à equipa ministerial o profundo descontentamento e insegurança que reinam entre os docentes e a necessidade de uma acção, por parte do Ministério da Educação que no mais curto espaço de tempo de sinais concretos de uma clara vontade de mudança na política da educação.

Dois dias antes da audiência com o Ministro, a FENPROF tinha sido recebido pelo Presidente da República, tendo apresentado os pontos de vista da Federação sobre a situação educativa, bem como as razões que movem os professores na sua luta pela dignificação da profissão docente e por alterações de fundo na política educativa portuguesa.

Seminário Inter Regional

A 3 e 4 de Abril, realizou-se em Évora, no Palácio D. Manuel, o Seminário Inter-Regional Extremadura e Alentejo e Algarve. O Seminário promovido pela CGTP-IN abordou os planos de desenvolvimento regional, o emprego e a formação profissional e as infra-estruturas. Noutro plano foi abordada a questão da livre circulação e fluxos migratórios na região e perspectivas de cooperação Inter-Regional. Tema em debate foi também o papel dos sindicatos e das entidades regionais na perspectiva pós-Maastricht.

As regiões fronteiriças de Espanha e Portugal (Sul) contam-se entre as mais atrasadas da comunidade Europeia e constituem, por isso, regiões prioritárias pela reforma dos fundos estruturais.

Esta iniciativa enquadra-se num conjunto de realizações que a CGTP-IN leva a cabo, durante a presidência portuguesa da Comunidade, sobre questões de carácter comunitário, nacional e regional.

Participaram neste Seminário 10 sindicalistas espanhóis, sendo 5 da União Geral de Trabalhadores (UGT) e 5 da Confederação Sindical de Comissões Obreiras (CCOO), como convidados sindicais desta iniciativa Fronteiriça. A UGT de Portugal, embora convidada, não compareceu.

Estiveram também presentes, quase uma centena de participantes oriundos do movimento sindical unitário, de comissões de coordenação regionais, de autarquias, associações empresariais e de desenvolvimento, regiões de turismo, associações de municípios, organizações de cooperativas, conselhos económicos e sociais regionais, magistrados e representantes de Universidades e Institutos Politécnicos dos dois países.



Transportes prosseguem luta

Os trabalhadores da Carris, em Lisboa, continuam firmemente empenhados nas lutas que estão a travar, embora as greves que vinham cumprindo tenham sido suspensas, face à introdução de dados novos no conflito. Seja como for, continuam a ser inaceitáveis os valores apresentados pelo CG e assinados pelo SITRA (UGT) e que apontam para o estabelecimento de um tecto salarial nos 10,75 por cento.

As organizações sindicais estão agora a realizar plenários com os trabalhadores no sentido de traçar linhas de acção futuras.

No Metro continua o conflito, mantendo-se as greves previstas, até à hora em que fechamos esta edição.

A tendendo às atitudes de intransigência negociada demonstrada pelas administrações das empresas, a CGTP-IN dirigiu uma carta ao Ministro do Emprego para que intervenha positivamente para que, em sede de conciliação, se obtenha a resolução dos conflitos nos transportes, tendo presente que ao Governo cabem acrescidas responsabilidades resultantes do facto de se tratar de empresas do sector público e também por estes processos estarem em fase conciliatória.

Na Carta, a CGTP-IN chamou a atenção para os custos sociais destes conflitos colectivos, particularmente no que respeita aos utentes.

No Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, que se realizou em Lisboa no dia 8 de Abril, a União de Sindicatos de Lisboa lançou um movimento de solidariedade com os trabalhadores dos Transportes em greve e condenou as exigências da CIP de requisição civil e de alteração da Lei da Greve.

A USL divulgou que pediu já uma audiência urgente ao Presidente da Câmara de Lisboa para troca de opiniões sobre a situação de intransigência do governo, que prejudica os cidadãos de Lisboa e os que nela trabalham.

Os trabalhadores do Metro pretendem que seja encontrado o equilíbrio salarial respeitante a 1991, desde ter havido uma situação em que os Quadros Técnicos foram aumentados em valores muito superiores ao restante pessoal.

Pretendem que seja negociado o Regulamento de Carreiras e que o AE para o corrente ano comporte aumentos salariais que tenham em conta a inflação prevista para 1991 e os ganhos de produtividade.

Na Carris os trabalhadores lutam pela revisão do AE que contemple também valores salariais superiores aos 10,75% proposto pela empresa. Pretendem um Regulamento de Carreiras, pois há sete anos não se registam promoções, e pretendem a redução do horário de trabalho.

Comunidade Europeia

Programa de Acção Social tem de avançar

A CGTP-IN enviou à Reunião Informal do Conselho dos Assuntos Sociais da Comunidade Europeia, que se realizou na Penina em 13 e 14 de Março, uma exposição onde afirma considerar «que durante a presidência portuguesa é fundamental tomar medidas efectivas para a concretização dos objectivos da carta comunitária dos direitos

sociais fundamentais dos trabalhadores, inscritos no programa de acção aprovado pela Comissão das Comunidades».

A CGTP-IN apoia a proposta que a Confederação Europeia de Sindicatos dirigiu à presidência portuguesa da CE para a realização em Lisboa de uma Primeira Conferência Social que reúna organizações sindicais e patronais dos 12 e que

possa contribuir para o lançamento do diálogo social, visando antecipar impactos negativos do processo de integração europeia.

A central sindical relembra que «os textos de Maastricht reafirmam a preponderância da vertente económica e monetária sobre a social, na construção comunitária, mantendo-se assim os riscos da existência de uma Comunidade a duas velocidades».

No domínio da saúde e da segurança no trabalho, a CGTP-IN considera «essencial que o Conselho dos Assuntos Sociais aprove medidas eficazes a implementar durante o ano de 1992 (Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho), de forma a que se implante definitivamente a Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho».

Decretos em discussão Irregularidades

A CGTP-IN enviou ao Ministro do Emprego e da Segurança Social uma exposição onde contesta o facto de um decreto ser submetido à discussão pública antes da discussão pública da autorização legislativa.

Recorde-se que o Governo enviou para a Assembleia da República propostas de autorização legislativa relativas ao regime de suspensão do contrato de trabalho e de redução do período normal de trabalho, regime legal do contrato de serviço doméstico e regime jurídico das relações colectivas de trabalho.

No entendimento da CGTP-IN, estas propostas de autorização legislativa, nos termos da lei 16/79, ca-

rencias de publicação em separado do DAR, com vista à sua discussão pública e posterior apreciação pela AR.

Entretanto, o Governo publicou em Separata do BTE os projectos de diplomas respectivos («decretos autorizados»).

Assim, diz a CGTP-IN, verifica-se total irregularidade uma vez que o projecto de decreto é submetido à discussão pública antes da discussão pública da autorização legislativa. Isto, independentemente da correcção, sob o ponto de vista do procedimento legislativo, da simultaneidade de discussões, que permite que um projecto de decreto-lei esteja a ser discutido no mesmo momento em que é discutida a proposta de lei que o autoriza.

Inflação

Sobe, sobe, balão sobe

A inflação em Portugal está a subir. No final do mês de Fevereiro, os preços ao consumidor apresentavam um agravamento de 1,3 pontos percentuais, relativamente ao mês anterior, o que representa um aumento quase duas vezes superior ao registado em Espanha, que apresenta a segunda maior subida mensal (0,7 pontos percentuais) de entre os países da comunidade.

O nosso país, de resto, registam em Fevereiro a maior subida da inflação nos países da CE.

Estes dados foram divulgados em Bruxelas pelo EUROSTAT, que informa que o único país da CE onde os preços se mantiveram estáveis foi o Luxemburgo.

O serviço de Estatística da Comunidade adianta que a taxa anual de inflação dos Doze mantém uma tendência decrescente, indicando um índice de 4,7 por cento em Fevereiro, o que representa uma redução de 0,8 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 1991.

A inflação média anual em Portugal está nos 10,2 por cento.

Violação dos direitos

Fraca intervenção da IGT

O Relatório realizado pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT) referente à violação dos Direitos dos Representantes dos Trabalhadores deixa ficar claro que é, de facto, diminuído o número de situações em que a IGT interveio em relação àquelas que realmente existem.

A CGTP-IN lembra, a propósito, que «a defesa dos direitos sindicais passa, em boa medida, pelo seu exercício e pelo combate às violações da lei e da Constituição por o patronato praticar, perante a passividade comprometedora da IGT».

De entre as violações verificadas, aquelas que mais

directamente afectam toda a actividade, são as que atingem os representantes dos trabalhadores.

A observação da realidade tem vindo a mostrar que o patronato, sabendo disso, tem vindo a aumentar e a aperfeiçoar os processos discriminatórios e repressivos sobre os dirigentes e delegados sindicais mais activos.

Tendo em atenção a gravidade da situação, a CGTP-IN alertou toda a sua estrutura para a necessidade de solicitar a intervenção da IGT em todas as situações de violação de direitos no local de trabalho e para a necessidade de as denunciar e combater de forma organizada.

As mulheres trabalhadoras à conquista da igualdade

As mulheres são cada vez em maior número no mundo do trabalho. O seu número ultrapassa hoje os dois milhões, o que representa uma taxa de actividade de 43 por cento ou seja em cada 100 trabalhadores 43 são mulheres, valor superior ao da média comunitária.

Esse acrescentarmos a isto que, apesar do crescimento da participação das mulheres na vida económica, o desemprego entre as mulheres mantém-se ainda mais elevado do que o dos homens; que continua a verificar-se uma concentração excessiva de mulheres em determinados sectores de actividade (têxtil, vestuário e calçado, por exemplo) e que esses sectores estão actualmente em profunda reestruturação;

— que 55% do emprego feminino se concentra no sector terciário (comércio, serviços diversos e educação);

— que a representação de mulheres em cargos de direcção e quadros é pouca...

Não é difícil concluir que o trabalho sindical, nesta área, é de excepcional importância.

Necessidade de medidas que promovam a igualdade

Apesar do princípio constitucional e internacional do direito à igualdade e não discriminação, o certo é que as mulheres enfrentam numerosos obstáculos e não poucas discriminações directas e indirectas no acesso ao trabalho, no próprio emprego, nas carreiras e promoções, nos salários, no exercício dos seus direitos como trabalhadoras e mães.

Assim, torna-se necessário a implementação de medidas que promovam a igualdade das mulheres no mundo do trabalho: maior acesso das mulheres, em

igualdade de oportunidade e, entre essas medidas, deverá estar uma planificação das ofertas de emprego tendo em conta por um lado, a necessidade de diversificação da actividade das mulheres e por outro, a revalorização do seu trabalho nos sectores tidos como tradicionais e com uma elevadíssima taxa de feminização.

Formação profissional indispensável

Um outro aspecto fulcral é da orientação e formação profissional dado que as mulheres ocupam lugares, na maior parte dos casos, de baixa qualificação e senão queremos que elas sejam excluídas do mundo do trabalho mais moderno e tecnologicamente mais desenvolvido, temos de exigir medidas que facilitem o seu acesso à formação profissional e a possibilidade de frequência dos cursos. Igualmente se tem de ter em conta a necessidade de inverter a situação do difícil acesso de mulheres a postos de direcção e de complexidade técnica pelo que a formação profissional terá de responder a esta necessidade.

Igualdade nos salários

Constatamos ainda muitas desigualdades a nível salarial entre homens e mulheres pelo que continua a

ser necessário agir no sentido da igualdade e de afastar todos os obstáculos que possam induzir a essa diferenciação.

Mais, as mulheres trabalhadoras são, não poucas vezes, discriminadas nas empresas pelo facto de exercerem os seus direitos como trabalhadoras-mães (casadas ou solteiras) pelo combate às discriminações deve prosseguir, nomeadamente nos prémios e subsídios bem como à noção de absentismo muito arregaçada entre a classe patronal (e mesmo no campo sindical) relacionado-a com o exercício dos direitos específicos das mulheres trabalhadoras.

Há que continuar a exigir o cumprimento de normas legais e contratuais que garantam a igualdade de salários e de tratamento, a intervenção dos órgãos de fiscalização da legislação do trabalho, denunciar publicamente a violação dos direitos, desenvolvidos órgãos de soberania e das instâncias internacionais e comunitárias.

Estruturas sociais de apoio às famílias

Um outro aspecto é o do valor social da maternidade e paternidade, inscrito na nossa Constituição e leis mas nem sempre tudo como tal quer pelos pais, quer pela sociedade, quer pelo Estado.

Os pais trabalhadores têm de ter condições para assumirem, em responsabilidade e partilha, a maternidade e a paternidade. A inexistência de estruturas sociais de apoio às famílias trabalhadoras, sobretudo as de mais fracos recursos, tais como jardins de infância, creches, ATL's, dificultam a assumpção da maternidade e paternidade como um valor social eminente.

Mais, Dificulta a vida profissional das mulheres trabalhadoras na medida em que, ainda hoje e apesar das modificações que se registam neste campo, a responsabilidade dos filhos ainda repousa muito sobre as mães.

Um outro aspecto ainda relacionado com o mesmo problema é a deficiente ou quase inexistente rede de centros de planeamento familiar e de educação sexual dos jovens.

Daqui a necessidade de continuarmos a insistir na resolução destes problemas. E foi tudo isto e muito mais que esteve em debate na III Conferência Sindical sobre «As Mulheres Trabalhadoras» que se realizou, em Lisboa, nos dias 10 e 11 deste mês e da qual deverão sair orientações mais precisas para todo o Movimento Sindical de forma a que este



possa agir com eficiência na defesa dos interesses e direitos das mulheres tra-

balhadoras e contribuir para uma igualdade de factos, condição, ela própria, de um

verdadeiro desenvolvimento e de uma democracia participada e participativa.

Administração Local

Discriminações

Os trabalhadores da Administração Local continuam em luta. Nos passados dias 26 e 27 de Março estiveram em greve, com elevadas adesões.

Os trabalhadores não aceitam a discriminação de que estão a ser alvo.

Em comunicado, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local afirma que a Portaria 77-A/92, que impõe aumentos para os funcionários públicos de 8 por cento, provoca aumentos diferenciados e discriminatórios, uma vez que o «mau acordo» do CPCS, aponta 10,75 por cento de aumentos para o primeiro quadrimestre aos restantes trabalhadores, o que, como se sabe, é injustificável.

Para o sindicato, este é claramente um instrumento de contenção salarial.

É ainda inadmissível que o Salário Mínimo na Administração Pública (44 316800) seja inferior ao Salário Mínimo Nacional (44 500500). O STAL considera como uma enorme ratoeira o Subsídio de Acordo de 2 por cento.

Uma das traves mestras do Novo Sistema Retributivo (NSR), dado o seu carácter indiciário, é a atribuição do valor monetário correspondente ao índice 100. A determinação deste valor é fundamental pois todos os outros são função dele.

Numa linguagem tão simples quanto possível, o que acabámos de dizer significa o seguinte:

— se em 1991 o índice 100 era igual a 40 200\$000 e se para 1992 se define como base do índice 100 o valor de 43 416\$000, este é o valor chave com que teremos de funcionar para o corrente ano e vai ser com base nele que se vão definir os aumentos para 1993. Isto é, independentemente de assegurar que não haverá nenhum funcionário público que receba aumentos inferiores a 10 por cento, a determinação de um aumento de oito por cento no índice de base 100 vai ter custos para o funcionalismo público.

No próximo ano se por hipótese se acordarem aumentos também de 10 por cento, os dois por cento que eventualmente recebessemos a mais este ano vão-nos ser retirados, pois, nessa altura, calcular-se-á 10 por cento sobre a base 100 fixada em portaria para 1992, isto é:

43 416\$000* 1.1 = 47 558\$000

e não 10 por cento sobre o

aumento que o Governo diz ter assegurado para 1992, ou seja:

44 220\$000* 1.1 = 48 642\$000

— para além desta razão, que lhe irá no próximo ano permitir poupar para cima de 20 milhões de contos, o Governo socorre-se deste subterfúgio porque assim no corrente ano poupará mais uns milhões de contos com os corpos especiais, pessoal de chefia e com o descongelamento dos últimos escalões previsto no NSR.

Aqui estão as razões objectivas que levam o Governo a recorrer à figura do suplemento dos 2 por cento a título do corrente ano a quem (poucos) tiver aumentos de apenas 8 por cento, como define a portaria nº 77-A/92 de 5 de Fevereiro.

Pois é, dá-se (promete-se) o suplemento dos 2 por cento com uma mão este ano, para no próximo ano o retirar com a outra.

Mas, desde Janeiro 92, que os vencimentos de cargos de chefia foram actualizados na base de 23,57% (a que acrescerá os aumentos que ocorrerem para os restantes trabalhadores).

III CONFERÊNCIA SINDICAL
Sobre «AS MULHERES TRABALHADORAS»

IGUALDADE
Dimensão Essencial da Democracia

LEOC - Lisboa, 10 e 11 de Abril 1992

As promessas e a prática

Os trabalhadores não esquecem as promessas eleitorais do Primeiro-Ministro.

O Governo promete «uma aproximação aos níveis de vida da Comunidade Europeia, assegurando taxas de crescimento económico que propiciem a melhoria da qualidade de vida dos portugueses».

Contudo, o Acordo de Rendimentos para 92, subscrito pelo Governo, patronato e UGTI, funciona, na prática, como um instrumento de contenção salarial; os trabalhadores da Administração Pública são escandalosamente discriminados em termos salariais; agravam-se as desigualdades sociais, penalizando os trabalhadores com baixos salários, através do aumento miserabilista do salário mínimo nacional. Se política salarial do Governo vingasse haveria este ano uma quebra dos salários na distribuição do rendimento, não se registaria a anunciada aproximação aos níveis de vida da CE, o aumento

do custo de vida penalizaria, sobretudo, os trabalhadores com baixos salários e os pensionistas.

O Governo prometeu o «fomento da negociação colectiva» e a «intensificação do diálogo social».

Contudo, o que se verifica é o agravamento da conflitualidade como reflexo de um descontentamento social profundo, que abrange operários, empregados e quadros, tanto do sector público como do privado e camadas sociais diversas (magistrados, agricultores, estudantes, etc.).

Contudo, o que se verifica é o agravamento da conflitualidade como reflexo de um descontentamento social profundo, que abrange operários, empregados e quadros, tanto do sector público como do privado e camadas sociais diversas (magistrados, agricultores, estudantes, etc.).

O Governo prometeu prosseguir «uma política fis-

cal que possibilite a política de desagravamento fiscal».

Contudo, o que se constata é o aumento da carga fiscal, o aumento dos impostos indirectos que tornam mais injusto o sistema fiscal e agrava o custo de vida, particularmente dos bens de primeira necessidade.

O Governo prometeu «aumentar, continuada e progressivamente, o poder de compra das prestações sociais, designadamente as pensões; completar a efectivação do princípio da universalidade do sistema de segurança social; prevenir e combater novas formas de pobreza; fixar diferentes níveis de abono de família em função do número e da idade dos filhos, revalorizar os salários tomados em consideração no cálculo das pensões».

Contudo, a realidade



mostra que o nível da generalidade das pensões de reforma condena à pobreza centenas de milhares de cidadãos, que o valor das pensões é fixado unilateralmente e arbitrariamente sem a correspondente consulta aos parceiros sociais, que o abono de família teve um aumento de 200,00, que se estão a desenvolver novas e velhas formas de pobreza, sobretudo nos meios urbanos, que o governo continua a recusar as propostas da CGTP-IN de alteração da base de cálculo das pensões, tendo em vista aproximá-las dos salários.

O Governo prometeu «tornar possível a todos os cidadãos, em condições de justiça e de equidade e cada vez com mais rapidez, hu-

manização e segurança, serviços de saúde de qualidade em que o saber, os equipamentos, a tecnologia e a administração reflitam, a cada momento, um padrão de excelência».

Contudo, o que o Governo fez foi aumentar o preço dos medicamentos por via do IVA e reintroduzir as taxas moderadoras. Ter acesso às consultas médicas é, hoje em dia, um desafio à capacidade de resistência dos doentes.

O Governo prometeu «considerar a área da habitação como área prioritária de acção, assegurando as condições para que todos os portugueses tenham acesso a uma habitação condigna».

Contudo, a habitação so-

cial foi, mais uma vez, esquecida no Orçamento de Estado e as rendas de habitação foram actualizadas entre 11,5% e 17,5%.

O Governo prometeu a manutenção da taxa de desemprego considerando-a como uma situação de «virtual pleno emprego» e também «uma melhoria na qualidade do emprego».

Contudo, verificou-se, logo a seguir às eleições legislativas, o agravamento do desemprego, o Primeiro-Ministro admite agora um aumento da taxa de desemprego em 92 e mantém-se a precariedade do emprego nas suas diversas formas: contratos a prazo, falso trabalho independente, trabalho clandestino, aluguer de mão-de-obra, etc.

O Governo prometeu a redução do horário de trabalho para as 40 horas.

Contudo, o Governo que deveria ter legislado, em 1 de Janeiro passado, o limite semanal para as 43 horas, ainda não o fez.

Nas empresas e sectores em que se trabalha mais de 40 horas semanais, já se deveria ter reduzido 1 hora de trabalho por semana, mas o patronato e o Governo continuam a opor resistência ao compromisso assumido.

O Governo prometeu mais democracia.

Contudo, os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores são mais frequentemente violados, aumentam as limitações ao exercício da actividade sindical, a proibição de reuniões no local de trabalho, o impedimento do acesso de dirigentes sindicais às instalações da empresa.

Os projectos legislativos sobre o lay-off e a contratação colectiva visam restringir, ainda mais, os direitos dos trabalhadores, designadamente o direito à livre negociação colectiva.

Por tudo isto, Maio tem de ser a demonstração da nossa força.

Salário Mínimo

Onde está a justiça?

Foram, no dia 9 de Abril publicados os diplomas legais que actualizam os valores do salário mínimo nacional e das prestações familiares da segurança social.

A CGTP-IN salienta o carácter miserabilista das actualizações verificadas: o salário mínimo nacional tem um aumento que não chega aos 11% e o abono de família é aumentado em 200\$ (10%).

A actualização do salário mínimo representa o desprezo de importantes princípios de justiça e de solidariedade social, segundo os quais o salário mínimo deveria crescer mais do que os salários médios. O preâmbulo da revisão de 1991 diz que se teve «em consideração princípios de equidade e de solidariedade social que justificam que os rendimentos mínimos, nomeadamente os salários mínimos devam crescer a um ritmo mais rápido do que o da média dos

salários.» Veja-se agora o preâmbulo do actual diploma: «O salário mínimo nacional para vigorar em 1992, tendo embora em consideração princípios de equidade e de solidariedade social, não pode ser desinerido do programa de convergência da economia portuguesa apreciada pelo Governo e, consequentemente, dos objectivos traçados quanto ao controlo e redução da inflação.» A equidade e a solidariedade social foram sacrificadas... sacrificando os mais fracos.

Em 1991, o salário míni-

mo foi actualizado em 14,6% face a uma média geral dos salários situada, segundo dados oficiais, entre 16 e 18%. Foi nesta base também que a CGTP-IN reivindicou no CPCS um salário mínimo de 50 000\$, ou parcialmente compensaria aquele desfasamento. Mas, o patronato e o Governo recusaram esta proposta. O que significa que se foi injusta a actualização verificada em 1991, a de 1992 foi-o ainda mais.

Salientamos o atraso verificado na revisão destes valores. Deviam ter sido de-

terminados até final de 1991, já que entram em vigor no início de cada ano. Mesmo que se invoque a discussão no CPCS, o acordo havido verificou-se em 16 de Fevereiro. Esta situação levou a que a CGTP-IN apresentasse um protesto no CPCS.

A CGTP-IN considera chocante este atraso, particularmente quando se compara com a pressa verificada na entrada em vigor das alterações ao IVA, tendo mesmo fundadas dúvidas sobre a sua legalidade.

As alterações ao IVA entraram em vigor em 24 de Março, tendo o Governo indicado que 5 dias antes tinha sido distribuído o «Diário da República» contendo a lei que aprova o Orçamento de Estado para 1992. A verdade é que só a 25 de Março este «Diário da República» estava à disposição do público, o que é confirmado pelas próprias empresas que protestaram, pois tinham previsto que o IVA só entraria em vigor a 1 de Abril.

Paz no Médio Oriente

Realizou-se, no passado dia 30, no Auditório do CESL, um debate subordinado ao tema «Por uma Paz Justa e Duradoura no Médio Oriente» que contou com a participação de dirigentes dos sindicatos palestinianos que estiveram em Portugal a convite da CGTP-IN, o representante da OLP em Lisboa Dr. Isam Bessiseio, o jornalista José Goulão e o Dr. Suleiman Vally Mamede da presidência do CPCC.

No mesmo espaço foi inaugurada uma exposição fotográfica e documental sobre a luta e a vida do povo palestiniano.

Estas iniciativas decorreram no âmbito da Semana do Povo Palestino e com a luta do Povo Palestino e por ocasião da evocação do Dia da Terra.

1º MAIO

MANIFESTAÇÕES E DESFILES

LISBOA

Corrida Internacional 1º Maio
Manhã Infantil na Alameda
Desfile Martim Moniz — Alameda — 15 horas.

PORTO

Espectáculo Musical na Baixa do Porto — 21.30 h de 30 de Abril.
Manhã Infantil e Corrida 1º de Maio.
Comício Espectáculo na Baixa do Porto — 15 horas.

BRAGA

Ações centralizadas em Guimarães no Jardim Público. Haverá ainda concentrações em Braga, Famalicão, Barcelos e Fafe.

COIMBRA

Manifestação — Praça da República — 15 horas.

Haverá ainda concentrações na FIGUEIRA DA FOZ — Praça Nova — 15 horas; LOUSÃ — Mercado Municipal — 15 horas; OLIVEIRA DO HOSPITAL — Parque do Mandanelho.

ÉVORA

Concentração no Jardim Público — 11 horas
Convívio nas Piscinas Municipais — 14 horas

ALGARVE

FARO — Jardim da Alameda João de Deus
Manhã — Programa cultural
13 horas — Piquenique
16 horas — Desfile seguido de comício.

AVEIRO

Concentração — Lg. da Estação com desfile até ao Rossio — 15 horas; Comício/Festa no Largo do Rossio — 16 horas.

SETÚBAL

Uma parte integrará a Manifestação de Lisboa. Realizar-se-ão concentrações em ALCÁCER DO SAL, GRÁNDOLA e SANTO ANDRÉ.

SANTARÉM

Manif e Comício no Largo das Piscinas em TORRES NOVAS — 17 horas
Comício na Barragem do Bonito no ENTRONCAMENTO — 16 horas

VISEU

Concentrações/Manifs em:
VISEU — no Rossio
LAMEGO — Avenida
CANAS DE SENHORIM — Largo 2 de Agosto.

MADEIRA

FUNCHAL — Concentração/Festa-Convívio e Luta — Almirante Reis, 18h

BRAGANÇA

Alvorada com foguetes; provas desportivas, música, intervenção política.
Jogos populares e desporto em MIRANDELA.

BEJA

COVILHÃ

E ainda Castelo Branco, Belmonte, Tortosendo/Unhais da Serra/Minas da Panasqueira/Cebolais de Cima/Malpica do Tejo.

GUARDA

E ainda Gouveia, Seia, Manteigas

HORTA

Concentrações no Parque Municipal Vitorino Nemésio.

LEIRIA

PORTALEGRE

E ainda Campo Maior, Elvas, Ponte de Sor, Avis.

PONTA DELGADA

VIANA DO CASTELO

VILA REAL

E ainda Chaves, Régua.

Afirma frequentemente o Primeiro-Ministro que Portugal já não está na cauda da Europa.

Seria bom que assim fosse.

Contudo, quando se compara o valor do salário mínimo nacional com os restantes parceiros da comunidade, verifica-se que se continua na cauda da Europa.

Estamos ou não na cauda da Europa?

O salário dum trabalhador português na indústria é pouco mais de metade do de um trabalhador grego nesse sector e cerca de 1/7 daquilo que ganha um trabalhador dinamarquês.

Quando se compara o valor das pensões e prestações sociais e o nível da assistência social, verifica-se que se continua na cauda da Europa.

Quando se compara o nível, extensão e a qualidade do ensino em Portugal, verifica-se que se continua na cauda da Europa. Somos o país da CE com mais elevado insucesso escolar, com o sistema de ensino mais seletivo. Temos, no nosso país, escolas do ensino básico que não funcionam por falta de pessoal e graves problemas de segurança em inúmeras escolas secundárias.

Somos o país da CE onde

o estado e o patronato menos fazem no campo da formação profissional e da segurança, higiene e saúde.

A política está já a ter implicações graves no plano do desenvolvimento regional e afecta os direitos dos trabalhadores.

As privatizações programadas pelo Governo não visam apenas a destruição do sector público empresarial, mas abrangem também o sector público administrativo, através do encerramento ou da privatização de serviços públicos como é o caso da distribuição da electricidade, serviços sociais, de saúde, etc.

Tal medida, a concretizar-se, irá provocar a degradação da prestação desses serviços com reflexos negativos na qualidade de vida da população.

Haverá, decerto, menos Estado, mas haverá, seguramente, pior Estado.

Audiências

Os contactos estabelecidos nos últimos tempos pela CGTP-IN com outras organizações e instituições dos Países foram intensos e profícuos.

De entre as várias reuniões e audiências, destacam-se os contactos efectuados com o Partido Comunista, Partido Socialista, PSN, Juven-

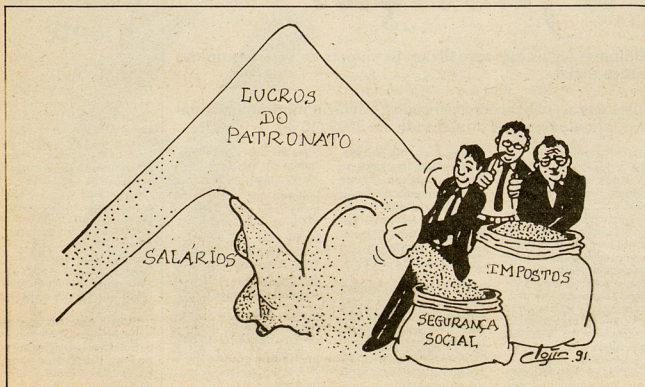
tude Operária Católica, UDP e Conferência Episcopal Portuguesa.

A CGTP-IN teve assim oportunidade de dar a conhecer e apreciação que faz da realidade sociolaboral e a sua preocupação perante as incidências negativas do Acordo de Rendimentos e Preços para 1992.

Solidariedade na DIALAP

Na sequência de vários protestos e intensas lutas, os cerca de 50 por cento dos trabalhadores da DIALAP a quem era acentuado o espectro do desemprego conseguiram negociar a rescisão do seu contrato, em condições que inicialmente o patronato se recusava fazer.

É de realçar que não foram só os 136 trabalhadores ameaçados de despedimento que lutaram, mas todos os outros, numa exaltante manifestação de solidariedade.



ALAVANCA
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes. Coordenação de Edição: Mário Fui Ferreira; Redacção: Júlio Correio, Manuela Monteiro, Hermínio Fernandes, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva; Grafismo e maquetagem: Cristina Albuquerque; Cartões: Humberto Saratana; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 65 000 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Heskia Portuguesa, SA; Depósito Legal: 43077/91; Morada: R. Vitor Gordon N.º 2 — 1294 Lisboa Codex; Telef.: 3472181 Fax: 3472189 Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USP), Vieira Mendes (VMS), Humberto Costa (FSTFP), Manuel Pisco (USS), Ernesto António (FSICPG) e José Carlos (SEP).